

“MULHERES DE PEDRO – RESGATANDO O PAPEL DAS MULHERES NO BRASIL IMPERIAL A PARTIR DE UMA VISÃO MUSEOLÓGICA”

Angela Maria Chiesi Moliterno DE OLIVEIRA ¹

Resumo: No presente artigo visou-se resgatar a memória de seis mulheres do Brasil Imperial, que, com seu comportamento e ideias, influenciaram o feminino do século XIX, no qual o casamento e a família eram os seus únicos espaços de atuação. Como recorte, buscou-se revisitar a exposição “*Mulheres de Pedro – Cortes e recortes*”, realizada pelo Museu do I Reinado/Casa da Marquesa de Santos, no Museu Nacional, Rio de Janeiro, em 1994, em comemoração aos seus 176 anos. Mulheres à frente do seu tempo, que não aceitaram a submissão e o obscurantismo e que com suas ações mudaram os rumos políticos e comportamentais da sociedade, além de incentivar outras mulheres a tomarem seus lugares perante o mundo.

Palavras-chave : Memória ; Sociedade ; Mulheres ; Brasil Imperial;

Resumé : Dans cette article nous visent à sauver la mémoire de six femmes du Brésil impérial, qui, par leur comportement et leurs idées, ont influencé le féminin du XIXe siècle, où le mariage et la famille étaient ses seuls domaines d'activité. Des femmes en avance sur leur temps, qui n'acceptent pas la soumission et l'obscurantisme et qui par leurs actions ont changé les directions politiques et comportementales de la société, en plus d'encourager les autres femmes à prendre leur place devant le monde.

Mots-clés : Mémoire ; Société ; Femmes ; Brésil Impérial

I. Introdução

*“As mulheres não têm seu valor reconhecido
em um mundo de homens”*

DAMINGO, 2020:36.

O Oitocentos ou século XIX foi um período histórico marcado por intensas transformações geopolíticas, científicas e sociais; bem como por revoluções, descobertas. No Brasil, o século XIX foi palco de eventos relevantes. Nessa época, a sociedade brasileira tinha os seus alicerces fundamentados nas estruturas rurais, ainda que a maior parte da população estivesse nas zonas urbanas. Isso significava que as atividades rurais sustentavam a economia do país e as cidades ainda eram pouco organizadas, já que a vida urbana estava no início.

A situação feminina era frágil neste cenário de organização urbana. Além das omissões sociais quanto às condutas masculinas, as mulheres sofriam forte insegurança jurídica

¹ Angela Maria Chiesi Moliterno de Oliveira é museóloga formada desde 1976, pelo antigo Curso de Museus. Desde 1978 é servidora da Fundação Anita Mantuano de Artes do Rio de Janeiro, tendo dedicado sua vida aos museus do Estado. E-mail: angela.molhaterno@gmail.com

quanto ao seu papel na sociedade. Em 1808, a chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro marcou o início das transformações no estilo de vida do brasileiro. Anos mais tarde, o Brasil passaria pela Independência, abolição da escravidão e, enfim, a Proclamação da República. E a mulher? O século XIX no Brasil viu as mulheres serem extraídas de suas camarinhas² para começar a frequentar salões, serões, bailes, recepções e partidas noturnas resgatar a memória de jogos.

Antes dessa transição social e cultural, o cotidiano das mulheres brasileiras se baseava, muitas vezes, nos afazeres domésticos, pois eram elas que deveriam exercer as atividades relacionadas ao lar, como cuidar dos membros da família, cozinhar, lavar as roupas...

Havia uma grande insistência desses pensamentos de que em seu cotidiano a mulher deveria se manter afastada da vida social e considerar a reclusão no lar como seu único e devido espaço. Entretanto, não podemos esquecer que os cotidianos das mulheres se diferenciavam de acordo com a condição social, econômica e da cor da pele.

Em sua maioria, as mulheres pertencentes à elite brasileira não desempenhavam nenhuma tarefa doméstica, pois tinham empregados ou escravos para executá-las, resumindo a rotina da mulher de alta classe ao ócio. Outras, detestavam a vida sem ocupação e ficavam descontentes, principalmente porque não tinham direito à participação política e nem podiam cursar escola de ensino superior. Além disso, ansiavam por se tornarem pessoas úteis à sociedade. O desejo de sair do tédio estimulou o desejo de mudança.

Meu recorte nesse século tão pululante é feito a partir da exposição “*Mulheres de Pedro – Cortes e recortes*”, realizada pelo Museu do I Reinado/Casa da Marquesa de Santos, no Museu Nacional, Rio de Janeiro, em 1994, em comemoração aos seus 176 anos. Falaremos de mulheres que tiveram participação maior do que a de ser um mero objeto de adorno. Eram educadas, inteligentes, sensíveis e não se contentaram com o papel de coadjuvantes. As citações que utilizamos nessa exposição foram compiladas dentro de uma bibliografia escrita quase que exclusivamente por homens, onde o papel feminino é relegado a um segundo ou mesmo terceiro plano, com uma tônica para o poder e ações do masculino. A subserviência da mulher e seu lugar de submissão são evidentes na maioria deles. Atualmente, essa exposição teria que ser revisitada e requalificada, pois temos estudos recentes que mostram a importância do papel político de pelo menos duas delas: Leopoldina, a 1ª imperatriz do Brasil e de Domitila, a amante do imperador D. Pedro I. Aos olhos de hoje, dos escritores e escritoras que têm se dedicado a rever a biografia e a participação das mulheres na História do Brasil, D. Pedro I foi o que foi, devido a elas, à sua influência e ao seu papel de destaque na vida política e pessoal do nosso primeiro Imperador. Foram essas mulheres que o fizeram. Elas não orbitaram, como meras coadjuvantes, em torno dele – elas influenciaram ativamente suas ações e escolhas, contribuindo para a construção do Brasil que conhecemos.

Falar de uma só mulher em se tratando de D. Pedro I é uma tarefa difícil. Falar em D. Pedro I e não falar em Domitila, impossível. Levar Domitila para a Sala do Trono do Museu Nacional, colocá-la junto à realeza, sem discriminação ou preconceito, foi uma tarefa ousada e delicada. Por isso, escolhemos mulheres comuns na vida de um homem:

² Quarto pequeno, dormitório

avó, mãe, esposa, filha. Escolha onde comportamentos foram analisados, rótulos foram retirados, preconceitos foram revistos e opiniões modificadas.

Para escrever essa história, as fontes foram abundantes e lacunares, eloquentes e mudas, fechadas sobre os segredos da intimidade. As correspondências e a literatura pessoal (diários íntimos, biografias, memórias), testemunhos insubstituíveis, constituem documentos verdadeiros do privado. O historiador – qual um burguês vitoriano – era a soleira do privado. Ele hesitava, por pudor, atravessar essa soleira por respeito ao sistema de valores. Sistema tal que faz do homem público o herói e o ator da única história que merece ser contada: a grande história dos Estados, da economia e das sociedades. Para que o historiador atravessasse essa soleira, foi preciso que o privado deixasse de ser uma zona de tabus, maldita, proibida, obscura – o local das nossas delícias e servidões, conflitos e sonhos, o centro, talvez provisório, de nossa vida – e fosse reconhecido, visitado e legitimado.

Vamos nos localizar no tempo e no espaço

As ideias revolucionárias e republicanas dos enciclopedistas e a pouca habilidade da monarquia francesa precipitaram a grande Revolução. À desordem dos primeiros momentos revolucionários, sucedeu-se a organização devida ao gênio de Napoleão Bonaparte. Viu-se Portugal em situação difícil, esquivando-se da política francesa, ficando à mercê de Napoleão em suas desabrigadas fronteiras. Filiando-se à política do bloqueio, estava arriscando a perda do Brasil. Napoleão exigiu adesão. Portugal adiou. Napoleão invadiu Portugal. Para salvaguardar a monarquia em perigo, optou-se pela transferência da corte para o Brasil. Um evento inédito – a mudança física de um governo – com toda estrutura necessária à administração, incluindo o seu acervo histórico. Deixava-se aos invasores uma região sem expressão política.

D. João desembarcaria em Salvador em 22 de janeiro de 1808. Lá permaneceria por um mês, antes de seguir para o Rio de Janeiro. Entre festas e aclamações, o governador da Bahia aconselhou o príncipe a extinguir o pacto colonial há muito tempo inoperante. Extinto, haveria maior lucro nas exportações e as mercadorias poderiam ser adquiridas por preço baixo. Estava na lógica dos acontecimentos – o Brasil salvaria a Inglaterra do bloqueio. O povo carioca receberia D. João com efusiva e espontânea demonstração de carinho, que o conquistou. Instalar-se-ia no Palácio dos Vice-reis, desalojaria os padres carmelitas de seu convento para nele colocar a rainha-mãe e transformaria a igreja do convento em Capela Real. Do comerciante Elias Antônio Lopes³, receberia a propriedade da Quinta da Boa Vista, adaptada para paço residencial por Manoel da Cunha⁴. D. João trataria de organizar seu ministério, criaria repartições – Intendência Geral de Polícia da Corte, Impressão Régia, Arquivo e Biblioteca Real. Seriam criadas também a Academia da Marinha, a Academia Real Militar, o Real Jardim Botânico, a Fábrica de Pólvora, o Real Hospital Militar, Escola Cirúrgica da Corte. Além disso, reestruturaria a organização

³ Notório traficante de escravos

⁴ Pintor e escultor brasileiro

militar. Permitiria a liberdade da indústria. Fundaria o Banco do Brasil, a Casa da Moeda, a Junta de Comércio e a Junta de Agricultura e Navegação. Assinar-se-iam tratados com a Inglaterra. A construção naval e a agricultura do açúcar, algodão, fumo, cacau, arroz, chá e café ganhariam impulso. Houve um considerável desenvolvimento artístico com a vinda da Missão Artística Francesa (1816), que introduziria o gosto neoclássico, acabando por esmaecer o barroquismo colonial. A presença da Corte no Rio de Janeiro enobreceria o teatro, a ópera, palacetes, casas de moda, cabelereiros, hospedagens e tertúlias literárias⁵. Em 1815, o Brasil seria elevado a Reino Unido, em habilidoso golpe de política internacional, que muito favoreceu Portugal.

Em 1817, explodiria a revolução em Pernambuco como consequência direta da atuação da Maçonaria, com divergências entre reinóis⁶ e brasileiros, que foi sufocada. Amadurecia o ideal de independência, que cinco anos mais tarde seria realidade. Ao mesmo tempo, em Portugal, exigia-se a volta do Rei, que se deixava ficar mansamente no Brasil. Entre decretos, juramentos à carta provisória, proclamação de um novo ministério, protelaria seu retorno, colecionaria desculpas, adiaria...

Um decreto de março de 1821 anunciaria a partida de D. João, deixando o Príncipe D. Pedro na regência.

O Príncipe Regente

D. Pedro receberia dois Brasis – um composto do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (amadurecido para a emancipação, permeável às influências ideológicas) e outro formado pelas províncias do norte e do nordeste (onde o espírito português e colonial mostrava-se mais acentuado). De início, preocupar-se-ia com o soerguimento financeiro do país, franqueando a entrada de livros, abolindo a censura de imprensa, proibindo o uso de instrumento de tortura e elegeria deputados que deveriam representar o reino do Brasil nas Cortes Portuguesas. Em 24 de abril de 1821, fora determinado pelas Cortes Constitucionais Portuguesas que as Juntas Provinciais se reportassem administrativamente à Lisboa: era o rompimento da unidade política e a diminuição da autoridade do Príncipe. D. Pedro sempre mostrara total acatamento às Cortes e ao Rei. Foi feito então um manifesto onde se pedia a D. Pedro o seu comprometimento com a causa brasileira. A 9 de janeiro de 1822, D. Pedro resolvia ficar e sua permanência representaria fator aglutinante na libertação que se avizinhava, impedindo a fragmentação do território.

A 28 de agosto, novos decretos de Lisboa chegariam ao Rio de Janeiro. D. Leopoldina e Jose Bonifácio os expediriam via correio (Sr. Paulo Bergaro) para D. Pedro que se encontrava em viagem a São Paulo. Este foi encontrado “às margens do Ipiranga”, a 7 de setembro de 1822. À medida que se inteirava das novas ordens, sentia-se humilhado e irritado. O brado “Independência ou Morte”, grave e sincero, traduziria o epílogo do

⁵ Palestras literárias

⁶ Próprios do reino – portugueses

processo de maturidade política. Assente ficou que D. Pedro seria Imperador, e não rei, ideia provavelmente surgida nas reuniões maçônicas. Surgia um novo Império, envolto em paixões políticas, cimentado sobre uma monarquia unitária.

A presença de forças militares fiéis ao governo português, sediadas em algumas províncias, constituiria o maior empecilho à rápida organização interna. Tornava-se necessário expulsá-las, acarretando um período de lutas (Guerra na Bahia, no Maranhão, no Piauí, no Pará e na Cisplatina). Em 1823, a independência estava consolidada. O sangue derramado, os sacrifícios e os embates produziram a definição do sentimento nacional. D. Pedro tentara uma política de integração luso-brasileira, o que desagradou aos brasileiros. A primeira constituinte foi dissolvida em 1823, sendo criado em seu lugar o Conselho de Estado, que elaboraria uma nova constituição, que seria jurada e outorgada ao povo em 1824 – calcada em experiências europeias, adaptada à realidade brasileira. Na visão de D. Pedro, não entenderam os liberais a magnitude e a perfeição jurídica dessa Constituição. Conspirariam de novo, gerando a Revolução de Pernambuco em 1824. Os eventos internacionais não ajudariam o nosso monarca que perdia popularidade e via-se atacado por suas atitudes, incompreensíveis para os liberais. A agitação crescia. As reivindicações só poderiam ser atendidas por um ministério liberal. Em março de 1831, a nomeação de tal ministério não resultaria na esperada harmonia.

A 7 de abril de 1831, frutificaria o que já vinha amadurecendo longamente: D. Pedro I abdicaria ao trono em favor de seu filho, D. Pedro II. No dia 15 de abril, rumariam para a Europa onde D. Pedro iria conduzir a execução do plano de recompor Portugal e livrá-lo do Miguelismo. D. Pedro e seus adeptos comprariam armamentos na França e na Inglaterra, cujos governos os acolheram com solicitude. Na Ilha Terceira, constituiria o governo português provisório. Em Mindelo (no Porto), desembarcaria para retomar Portugal. Em maio de 1834, em Évora, D. Pedro comprometia-se a não mais se imiscuir nos assuntos portugueses, devolvendo o trono à sua filha, D. Maria da Glória que reinaria como D. Maria II até 1853. Em setembro de 1834, falecia D. Pedro I (D. Pedro IV em Portugal), aos 36 anos de idade.

O cenário onde as mulheres atuaram

O Paço de São Cristóvão teve sua origem na casa rural do comerciante Elias Antônio Lopes e ficava na chácara denominada Quinta da Boa Vista, doada ao Príncipe regente D. João em 1809. Nessa época, no entanto, era apenas um amplo e confortável casarão, que nem de longe podia ser considerado residência real. Para esse fim, foram realizadas reformas, a cargo do arquiteto Manuel da Cunha. Na época de D. Pedro I, novas obras, dessa vez a cargo do arquiteto francês Pierre Joseph Pézerat, deram à residência feições neoclássicas. O vetusto Palácio de São Cristóvão assistiu a vida íntima da família real e imperial durante 23 anos...refletiram-se nele as crises políticas do tempo e muitas vezes foi palco de seus dramas.

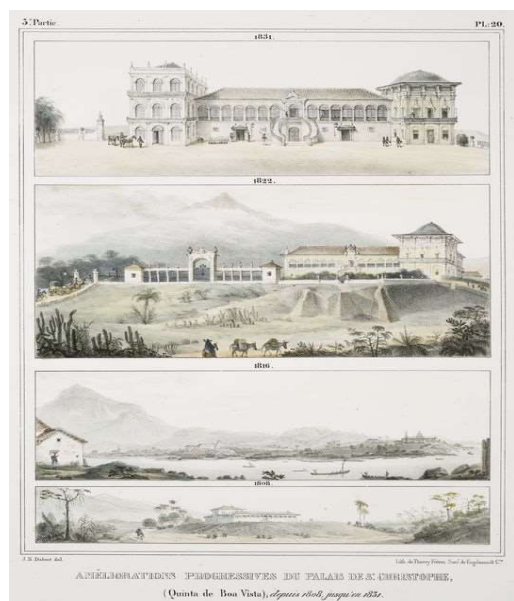


Figura 1: Jean-Baptiste Debret⁷

As Personagens

Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon



Figura 2: D. Pedro I⁸

⁷ Vista do Paço de São Cristóvão ao longo do tempo – 1808 até 1831-Coleção digital Biblioteca Pública de Nova Iorque disponível em <https://digitalcollections.nypl.org/items/510d47df-7b7e-a3d9-e040-e00a18064a99>

⁸ Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=285344>

Príncipe da Beira, Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, Príncipe regente do Reino do Brasil, primeiro Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, Rei de Portugal e Duque de Bragança. Quarto filho de João VI e de D. Carlota Joaquina de Bourbon. Nasceu em 12 de outubro de 1798, no Palácio de Queluz, em Portugal. Morreu em 24 de setembro de 1834, no mesmo palácio e na mesma sala (Sala D. Quixote) em que nascera.

Inteligente, violento, impulsivo, cavalheiro, temperamento enigmático. Romântico, quixotesco, audaz, heroico, generoso, consumado cavaleiro. Amante das companhias divertidas. Pai amoroso e dedicado. Estudou latim, ciências, matemática, história, lógica, geografia, inglês, alemão e francês. Teve uma educação natural, sem método. Adorava música, tocava diversos instrumentos, cantava, regia, compunha. Desenhava e esculpia. Tipo de beleza que impressionava: feições enérgicas, ar atrevido, olhar vivo. Elegante e viril. Frugal e econômico. Imponente quando desejava. Possuidor de duas belas virtudes – o espírito e a memória. Conversação cheia de observação e de raciocínio. Nos sentimentos, como nos ódios, franco e leal, hipócrita e prudente, constante e boêmio. Comentava Jacquemont:⁹ “Vou esta noite ver um animal extremamente raro na América – um Imperador!!!!”

Do Imperador

Embarcaria, finalmente, a família real para Portugal e D. Pedro ficaria. Chamou-o, então, o pai ao seu quarto e entreteve com ele uma conversa de poucas palavras:

“Pedro, se o Brasil se separar, antes seja por ti, que me hás de respeitar, do que por alguns desses aventureiros.” – D. João VI em diálogo com o filho na véspera do retorno para Portugal (IMPrensa NACIONAL, 1973: 261).

“...decidi ficar no Brasil[...]Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico...” - D. Pedro I (SOUZA, 1972: 20).

“O Senado da Câmara, em 9 de janeiro de 1822, dirige-se ao Paço da Cidade para a entrega da mensagem do povo do Rio de Janeiro. Ao meio-dia, o Príncipe Regente recebe das mãos de José Clemente Pereira a mensagem e responde que não deixaria o Brasil” (SOUZA, 1972: 20).

A partir dessa atitude, as ações de D. Pedro são entendidas como de ruptura, uma vez que os interesses das elites de Portugal eram contrários aos das elites do Brasil. Esse

⁹ Venceslas Victor Jacquemont (naturalista, geólogo e explorador francês) em carta para o pai – disponível em <http://www.ccp.uenp.edu.br/noticias/2020/2011/n204-010m.htm>

desencontro acirrou os ânimos entre as duas partes, e o apoio a D. Pedro tornou-se uma possibilidade de romper com Portugal sem que mudanças drásticas no *status quo* do Brasil acontecessem. Em 7 de setembro de 1822, com novas notícias vindas de Portugal que pretendiam sua anulação como príncipe regente e a volta do Brasil ao status de colônia, aliadas à influência de José Bonifácio e D. Leopoldina, que o faziam ver que teria que tomar uma atitude radical, fizeram o regente declarar a independência do Brasil às margens do riacho do Ipiranga, em São Paulo.

Uma vez a independência proclamada, D. Pedro foi aclamado imperador em outubro e coroado em dezembro de 1822, tornando-se D. Pedro I. Seu governo ficou conhecido como Primeiro Reinado e estendeu-se até 1831. Suas ações no trono brasileiro rapidamente cansariam as elites, que com ele romperiam, fazendo-o abdicar do trono em 1831. D. Pedro demonstrou ser um monarca despótico e seu governo contribuiu para acirrar os ânimos entre brasileiros (defensores da monarquia constitucional com poderes limitados ao imperador) e portugueses (apoiadores de D. Pedro I e de uma monarquia absolutista no Brasil). Outras questões somaram-se às insatisfações contra o imperador, como seu envolvimento na sucessão do trono português, o assassinato do jornalista Líbero Badaró e a continuidade do caso com a Marquesa de Santos. Isso contribuiu para o desentendimento entre brasileiros e portugueses e resultou em confronto físico. Em março de 1831, os dois lados dessa disputa política entrariam às vias de fato, e confrontos violentos (conhecidos como Noite das Garrafadas) seriam registrados no Rio de Janeiro por dias. Isso aumentaria a pressão sobre D. Pedro I, e ele abdicaria do trono em benefício de seu filho, Pedro de Alcântara, em 7 de abril de 1831. Meses depois de finalizada a guerra civil, D. Pedro I ficaria com sua saúde debilitada por conta de uma tuberculose não tratada. Em setembro de 1834, sua situação de saúde piorou e, no dia 24 do mesmo mês, ele faleceria:

“Silêncio. Um Imperador de 36 anos está morrendo. Mas Portugal não esquecerá D. Pedro IV, libertador do reino, nem o Brasil, Pedro I, fundador do império brasileiro” (HOLANDA & CIVITA, 1970: 332).

Do Homem

Rio de Janeiro, 19 de junho de 1822:

Meu pai e meu senhor...Eu ainda me lembro e lembrarei sempre do que vossa Majestade disse, dois dias antes de partir, no seu quarto...foi chegado o momento da quase separação e estribado nas eloquentes e singelas palavras expressadas por Vossa Majestade tenho marchado diante do Brasil que tanto me tem honrado.” – D. Pedro I em carta para o pai (IMPRESA NACIONAL, 1973: 229,300).

“Padre Belchior, eles o querem e terão sua conta. As cortes me perseguem, chamam-me com desprezo, de rapazinho e de brasileiro. Pois verão quanto vale um rapazinho...” – D. Pedro I para Padre Belchior (IGHB, 1972: 266).

“Este, em verdade, era o homem. Um homem de fé, um homem de consciência formada em Deus, e, por isso mesmo, reto, altivo, enérgico, generoso, bom...” – Padre Belchior sobre D. Pedro I (IGHB, 1972: 266).

“Nada do homem deve ser alheio ao homem” – comentário de Alberto Rangel sobre D. Pedro I (RANGEL, 1984).

“Não é meu intuito defendê-lo, mas apenas explicá-lo... Uma vez mostrado, ele se defenderá por si próprio.” – comentário de Antônio Figueiredo sobre D. Pedro I (RANGEL, 1984).

“Amou por instinto...Partiu-o em bocadinhos” – comentário de Escragnolle Dória sobre D. Pedro I (RANGEL, 1984).

D. Pedro não foi criado para ser rei. Teve uma educação mais frouxa, de pouca preparação política e diplomática. Aprendeu com a vivência o que era ser rei, político, diplomático. Foi um aprendizado difícil, de muitas idas e vindas, mas que no final o transformou num estadista. Admirador de Napoleão, foi o homem da evolução. Mudou, aperfeiçoou-se, por si mesmo, caprichosamente, iluminado pelo instinto, desviado pelos arreatamentos.

Do Pai

“Meu querido filho e meu imperador- muito lhe agradeço a carta que me escreveu. Eu mal a pude ler, porque as lágrimas eram tantas, que me impediram. Agora, que me acho, apesar de tudo, um pouco mais descansado, faço esta para lhe agradecer a sua, e para certificar que enquanto viver as saudades jamais se extinguirão no meu dilacerado coração. Deixar filhos, pátria e amigos, não pode haver maior sacrifício! Mas levar a honra ilibada não pode haver maior glória. Lembre-se sempre de seu pai, ame a sua e a minha pátria, siga os conselhos que lhe derem aqueles que cuidarão de sua educação e conte que o mundo o há de admirar e que eu me hei de encher de ufania por ter um filho digno da pátria. Eu me retiro para a Europa... Assim é necessário, para que o Brasil sossegue, o que Deus permita, e, possa para o futuro, chegar àquele grau de prosperidade de que é capaz. Adeus, meu amado filho, receba a benção de seu pai que se retira saudoso e sem esperança de o ver...” – Carta de D. Pedro I a D. Pedro II (PINACOTECA, 1980, 22).

“Só tenho 36 anos. Minha filha precisa de mim e minha boa Amélia me ama tanto...” – Carta de D. Pedro I (PINACOTECA, 1980: 22).

“D. Pedro parecia ser o melhor dos pais, sempre ocupado com ela (sua filha Maria da Glória) ... carregando-a nos braços durante um passeio inteiro; a animá-la sem cessar...” – Carta de D. Leopoldina para sua irmã (IHGB, 1972: 694).

Como pai, foi uma grata surpresa. Desde cedo compreendeu que, no final, só lhe restariam os filhos. Amava-os e a eles se dedicava, ficando à cabeceira de suas camas quando

estavam doentes, aplicando beberagens e sanguessugas, brincando com eles, carregando-os no colo. Deixá-los no Brasil foi sua maior dor!!!!

D. Maria Francisca Isabel Josefa Antônia Gertrudes Rita Joana de Bragança, D. Maria I de Portugal – avó de D. Pedro I



Figura 3: D. Maria I, rainha de Portugal¹⁰

Primeira mulher a exercer o poder efetivo como rainha de Portugal. Assumiu o trono em 1777. Maria I foi monarca de Portugal, liderando um estrondoso império em decadência, em pleno surgimento dos ideais contrários aos absolutismos na Europa. Com forte princípio na tradição bragantina de monarquia e católica fervorosa, Maria foi, por exemplo, uma das maiores opositoras de Napoleão. A história da primeira rainha portuguesa, uma mulher frágil apanhada nas redes da principal disputa do século XVIII entre a Igreja e o Estado, entre as velhas superstições e a época da Razão, entre uma religiosidade poderosa e uma ditadura tirânica. D. Maria encarna fielmente as contradições desse tempo, pois, apesar do seu conservadorismo religioso, soube compreender, pelo menos em alguns aspetos, o Iluminismo, adotando uma abordagem humanitária dos assuntos de Estado. Seu governo foi comparativamente curto. Ligada à defesa da aristocracia clássica, o reinado de Maria entrou em choque com as reformas que Portugal enfrentou durante a ascensão do Marquês de Pombal.

Durante seu reinado, realizou obras que se fizeram presentes na cultura, urbanismo e educação de Portugal. Seu reinado extremamente absolutista teve consequências no Brasil Colônia. A rainha proibiu criação de indústrias no Brasil e decretou a “derrama”, cobrança de uma cota fixa de ouro de Minas Gerais, independentemente da produção obtida pelos mineradores, ato que culminaria com a Inconfidência Mineira, numa tentativa de libertar o Brasil de Portugal. Foi ela que assinou a condenação de Tiradentes à morte por enforcamento. Em 1799, sua instabilidade mental se agravaria, após as sucessivas mortes de sua mãe, do marido, D. Pedro III e de seu filho D. José I, herdeiro

¹⁰Disponível em: <http://www.bn.gov.br>

do trono. Somada a essas perdas, as violências perpetradas pela Revolução Francesa que condenaria à morte na guilhotina os reis franceses. Com isso, D. João seria nomeado Príncipe Regente e comandaria a vinda da família real para o Brasil. Segundo consta, a rainha teve que embarcar à força. Muito religiosa, acreditava que estava indo para o próprio inferno. Chegando ao Brasil, sua insanidade aumentou. No auge do seu desespero, sentia-se em meio às chamas do inferno e gritava muito. “Ai, Jesus”, era sua frase favorita. Passou para a História como D. Maria, a Louca. Graças às companheiras da Rainha, o termo Maria-vai-com-as-outras foi cunhado. A brincadeira fazia referência ao fato de que a monarca era sempre conduzida por suas damas, para onde quer que fosse. Em meio às tratativas da vinda para o Brasil, teria um lampejo de lucidez: “Ou vamo-nos todos, ou não vai ninguém...” e “Mais devagar! Não pensar que estamos a fugir!” – teria dito ao seu filho, D. João VI e aos cocheiros que a levavam às pressas para embarcar para o Brasil em 1807 (OLIVEIRA, 1987: 517).

Carlota Joaquina, rainha de Portugal e Imperatriz Titular do Brasil – Mãe de D. Pedro I



Figura 4: Carlota Joaquina, obras/Brasíliana Iconográfica ¹¹

Carlota Joaquina Teresa Caetana de Bourbon e Bourbon, filha dos Reis da Espanha, D. Carlos IV de Bourbon e de Maria Luísa de Parma. Casou-se com o Príncipe Real português que mais tarde reinou como D. João VI. Teve nove filhos. Nasceu em 25 de abril de 1775, no paço de Aranjuez. Morreu em 7 de janeiro de 1830, no palácio de Queluz. Irrequieta, ambiciosa, intrigante, maliciosa. Mulher precoce, de sangue ardente – passional, gostava de ruídos, dos divertimentos, das desobediências, dona de uma

¹¹ Disponível em <http://www.brasilianaiconografica.art.br>

personalidade fortíssima. Olhos pequenos, de uma expressão séria e sarcástica. O nariz, inchado e vermelho. Pele áspera, curtida e muito cabeluda. Gostava de enfeites, dos vestidos caros, das joias custosas, de toda espécie de ostentação. Ativa e imperiosa. Tinha como paixões a dança flamenca e a equitação. Nasceu com um indomável e imenso gosto pela vida – uma Bourbon!!!!

Carlota Joaquina nunca escondeu sua sede pelo poder, inclusive sua intenção de assumir o trono de Portugal e da Espanha – sendo sempre muito fiel à corte espanhola e às suas origens. Absolutista e pretenciosa, articulou diversas vezes golpes de Estado e movimentações obscuras no sentido de tomar o governo do próprio marido, que julgava ser um inapto. Várias dessas articulações foram importantes no contorno das relações políticas da monarquia portuguesa. Podem ser citados: o retorno da família real para Portugal, deixando D. Pedro I como regente e o Brasil com status de colônia e o ato de rejeitar assinar a carta constitucional liberal portuguesa, que tornaria a Monarquia Portuguesa Absolutista em uma Monarquia Constitucional, motivo pelo qual foi confinada no Palácio do Ramalhão, longe do centro de poder, onde conspirou para tornar seu filho D. Miguel rei de Portugal, num movimento conhecido como “Abrilada”.

Associando-se com intrigas do interior da corte, até na morte de seu marido, D. João, têm-se a suspeita de sua participação. Frequentemente ligada a atitudes e personalidade masculinizadas, sendo até retratada com feições masculinas, não se encaixava nos padrões esperados da corte portuguesa – uma mulher submissa e longe do jogo político:

“Carlota Joaquina não é mulher fácil de se entender. Compreendê-la, decifrar o enigma de sua personalidade, é algo impossível para seus contemporâneos, daí o repúdio natural que recebe dos membros da sociedade que desprezam a inquietude e a curiosidade das mulheres” (AZEVEDO, 2004).

D. Leopoldina – primeira esposa de D. Pedro e primeira Imperatriz do Brasil



Figura 5: Imperatriz Leopoldina¹²

D. Maria Leopoldina Josepha Carolina, Arquiduquesa d'Áustria, Princesa Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Filha de Francisco I, imperador da Áustria e de D. Maria Tereza de Bourbon, de Nápoles. Nasceu em 22 de janeiro de 1797, em Viena. Casou-se em 13 de maio de 1816 e teve 7 filhos. Morreu em 11 de dezembro de 1826, no Paço de São Cristóvão. Inteligente, bastante culta, natureza melancólica, extremamente religiosa. Viva, alegre, impaciente, nervosa, reservada, tímida. Exímia amazona e caçadora. Singela e simples.

Desenhava, pintava, tocava piano e cítara. Sua instrução abrangia: Botânica, Mineralogia, Astronomia, Física, Religião, Literatura, História, Matemática e Línguas (italiano, inglês e francês). Amiga dos cães e dos animais da nossa fauna. Loira, olhos azuis, pele alva e rosada. Rosto comum e sem vaidade. Seu olhar, entretanto, era amável e expressava surpresa. Companheira devota, amorosa, compreensiva, complacente. Boa e conscienciosa mãe:

“... Leopoldina assumiu de bom grado a proposta de casamento do pai, atendendo ao pedido de casamento que lhe fizera o rei português em nome do filho D. Pedro...” (OBERACKER, 1973: 58).

“... Acabo de receber o retrato de meu amado Pedro; não é extraordinariamente belo... mas o retrato do príncipe quase me enlouquece... O que acontecerá comigo quando vir o príncipe todos os dias?” – carta de D. Leopoldina a sua irmã, Maria Luiza (OBERACKER, 1973: 70-71).

“Escrevo a você horas antes de meu pedido de casamento... Estou cheia de angústias, mas animada, pois confio na Divina Providência, que sem dúvida me deixará ser feliz, pois em caso contrário não teria recebido esse destino...” – carta de D. Leopoldina a sua irmã, Maria Luiza (OBERACKER, 1973: 7).

“Passo o dia escrevendo, lendo e fazendo música com meu esposo, que toca muito bem todos os instrumentos. Acompanho-o ao piano e assim tenho a satisfação de estar sempre perto de sua querida pessoa.” – carta de D. Leopoldina a sua irmã, Maria Luiza (OBERACKER, 1973:145).

“...Pedro, o Brasil está um vulcão... O Brasil vos quer para Monarca... O pomo está maduro. Colhei-o já, senão apodrece.” – carta de D. Leopoldina a D. Pedro, setembro de 1822 (OBERACKER, 1973: 281).

“Pudera eu correr atrás dos meus desejos... eu encontrar-me-ia livre de muitas cenas e situações desagradáveis...” – carta de D. Leopoldina a Maria Luiza, setembro de 1824 (OBERACKER, 1973: 352).

¹² Disponível em <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/camara-noticias/camara-destaca/200-anos-de-independencia-do-brasil/imperatriz-leopoldina>

“Devo confessar sinceramente a você- cada vez fico mais convencida que somente a paixão mútua e o conhecimento podem fazer feliz o matrimônio, e, nós, princesas, parecemos dados que se jogam, dizendo sorte ou azar...” – carta de D. Leopoldina a sua irmã Maria Luiza, setembro de 1826 (OBERACKER, 1973: 143).

“Reduzida ao mais deplorável estado de saúde e chegada ao último ponto de minha vida, no meio dos maiores sofrimentos, não vos tornarei a ver[...]A Marquesa de Aguiar é a única amiga que tenho e é quem vos escreve em meu lugar... Há quase quatro anos como vos tenho escrito que, por amor a um monstro sedutor, me vejo reduzida ao estado de maior escravidão e totalmente esquecida do meu adorado Pedro... À Marquesa de Aguiar entreguei a educação de meus filhos, até que meu Pedro, o meu querido Pedro, não disponha o contrário. Adeus minha adorada mana!” – última carta de Leopoldina a sua irmã Maria Luiza, dezembro de 1826 (OBERACKER, 1973: 471-472).

Nascida numa das cortes mais tradicionais da Europa, na qual as mulheres eram criadas sob protocolos e métodos que visavam o bem do reino acima da sua satisfação pessoal, Leopoldina rompeu com várias ideias monárquicas de sua criação em prol do Brasil, país que adotou como seu. Escrevia inúmeras cartas e por elas observou-se que a princesa, antes carente de afeto e de aprovação, rapidamente dá lugar à mulher adulta que encara a vida sem ilusões.

A partir de 1821, Leopoldina inicia sua transformação: de princesa à imperatriz, de austríaca à brasileira, de esposa submissa à conselheira do imperador, de filha obediente à senhora de seus atos, opiniões, decisões, posições, o que lhe custaria renúncias, um imenso esforço, sua saúde e sua própria vida.

Leopoldina deixou um legado rico em cultura e botânica – ela foi responsável por expedições com cientistas, pintores, bibliotecários e especialistas em geral que pudessem ajudá-la em seu projeto: a construção de uma biblioteca e a escrita de livros e glossários sobre a fauna e a flora do Brasil. Incentivou também a criação do Museu de História Nacional da antiga Casa dos Pássaros (atual Museu Nacional). Ela não foi somente mãe de Pedro II ou esposa de Pedro I, foi uma mulher política, uma das primeiras políticas brasileiras.

Quando Dom Pedro I esteve em São Paulo em agosto de 1822, deixou a esposa como princesa regente, atitude que evidência como ela era aliada do marido nas questões políticas, sobretudo num momento delicado como a independência. Ela seria a primeira mulher a governar o Brasil e a presidir o Conselho de Estado que deliberaria sobre a independência do Brasil. Vale ressaltar que sua herança vem de uma corte onde o padrão Habsburgo de moral e de responsabilidade era exigido no seu mais alto grau, onde a mulher de origem nobre nascia para servir de moeda de troca entre os países mais poderosos, onde preservar a unidade na família e considerá-la como um dos maiores bens era a máxima que as orientava.

Durante muitos anos, o governo dos países europeus foi estruturado em uma monarquia absoluta: um sistema político dividido em três estamentos (clero, nobreza e povo) com o

poder centralizado em um rei. Este possuía um *direito divino* de governar com um caráter hereditário. No século XVIII, surgiram ideias que questionavam esse “*direito divino*” dos reis absolutistas e a manutenção de uma casta privilegiada à custa do trabalho do resto da população. Esses questionamentos abalaram as estruturas políticas e sociais dos reinos europeus, principalmente na França. O império austríaco foi um dos países que lutou contra a França pela manutenção dos valores monárquicos absolutistas naquele continente. Apesar de ter dificuldade de alinhar seus pensamentos com as ideias liberais, D. Leopoldina demonstrava cautela em relação aos novos princípios e tinha clareza de que, para a manutenção da monarquia, as condições de se fazer política tinham que ser, então, repensadas em função das recentes transformações – ou seja, considerar um meio termo, entre o que ela conhecia, o absolutismo e o um governo totalmente liberal, criando um governo menos engessado.

Leopoldina assumiria seu papel na História do Brasil com firmeza e determinação, muito mais do que se esperava dos encargos de uma arquiduquesa da casa da Áustria, de uma princesa da casa de Bragança, ou, de uma imperatriz do Brasil, destacando-se como líder em projetos de impulsos ao desenvolvimento da ciência, da cultura e de outras atividades, contribuindo sobremaneira para a formação da sociedade brasileira.

A reconstrução e requalificação de D. Leopoldina foi necessária para a História do Brasil. Sua figura foi marcante no nascimento do Império do Brasileiro: a unidade do país, os embates políticos entre brasileiros e portugueses, as intrigas da corte, o destino da Casa dos Bragança, a saudade de sua terra natal, os interesses de Estado, as conveniências do protocolo, as exigências da posição, fizeram dessa figura uma das mais respeitadas na historiografia do Brasil moderno, transformando a princesa europeia em uma estadista consciente de seu tempo histórico. Esposa, mãe e estadista foram os papéis vividos intensamente por Leopoldina, numa época em que o lugar da mulher era restrito a funções privadas, submissa aos homens na corte portuguesa e austríaca. Em tempos de representatividade urgente, Leopoldina era uma personagem relegada ao time dos figurantes que ressurgiu com impulso e se impôs como mulher política e ativista.

Domitila de Castro Canto e Melo, a Marquesa de Santos – amante de D. Pedro I



Figura 6: Marquesa de Santos¹³

Domitila de Castro Canto e Mello. Filha do Coronel João Castro de Canto e Mello e de Escolástica Bonifácia de Toledo Ribas. Recebeu os títulos de Viscondessa e Marquesa de Santos. Teve 13 filhos, sendo 4 com D. Pedro I. Nasceu em 27 de dezembro de 1797, em São Paulo e morreu em 3 de novembro de 1867, também em São Paulo. Possuía cabelos negros, de graúna. Brilhantes olhos gitanos e cheios de simpatia. Tez alva e aveludada. Pequeno nariz arrebicado, boca voluptuosa, faces rechonchudas. Sorriso radiante. Os encantos da adolescência haviam-lhe desabrochado toda pujança juvenil. Encantadora, envolvente. A escolha sábia dos acessórios, chapéus, leques, joias, sapatos, aumentava o efeito do conjunto. Vaidosa, jocosa, maliciosa, astuta, caráter ambicioso, bondosa. Inteligente, embora possuidora de uma cultura pouco aprimorada (estudara gramática, catecismo e trabalhos manuais). Conhecedora do mundo.

Mulher de iniciativa própria, depois que se separou do primeiro marido:

“Aos quinze anos foi dada em casamento a um oficial de pequena patente..., mas a união não foi feliz... sem mágoa, entretanto, voltou a casa paterna. Dali em diante, Domitila se tornaria uma mulher independente.” (HARDING, 1944: 117).

“Ligou-se com D. Pedro desde agosto de 1822. Conservou-se, entretanto, na capital de São Paulo até depois de meados de novembro do mesmo ano...” – comentário de Alberto Rangel sobre Domitila (RANGEL, 1984: 57).

“Segundo Lamego. Superior a todos, Domitila iria dominar São Cristóvão..., ela soube manejar os homens e aproveitar-se dos acontecimentos... sobressaiu vitoriosa e deslumbrante ao acrescentar ao seu nome, e aos dos seus parentes, títulos e honrarias..., a paulista gentil e elegante, enfeitou-o...” (OBERACKER, 1973: 373).

“A influência que esta mulher ganhou sobre S.A.R. é verdadeiramente surpreendente, e tanto mais de temer que aumente e mais ainda que seja duradoura. O primeiro sinal de sua aproximação pública do trono foram sua elevação e a de sua irmã a Damas do Paço...” – cartas do Barão de Mareschal ao Príncipe de Metternich (OBERACKER, 1973: 374).

“Grávida do Imperador, D. Domitila fez questão de se separar judicialmente do marido...” (OBERACKER, 1973: 375).

“D. Pedro, por graça de Deus, Imperador Constitucional e Perpétuo do Brasil faço saber que..., querendo dar um público testemunho do alto apreço em que tenho os serviços prestados pela Viscondessa de Santos..., Primeira-dama da Imperatriz..., hei por bem acrescentá-la em grandeza com o título de Marquesa de Santos em sua vida...” – ato de elevação de Domitila de Viscondessa para Marquesa (BARREIRA, 1979: 64-65).

¹³ Disponível em <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/marquesa-santos.ht>

“Fez-lhe construir uma casa muito perto da Quinta de São Cristóvão e aí passava quase todos os seus instantes de lazer...” – carta de Mareschal à Corte de Viena (OBERACKER, 1973: 385).

“Em 15 de janeiro de 1826, D. Pedro está na cidade do Rio Grande, onde recebe a comunicação da morte da Imperatriz e carta de Domitila pedindo-lhe que volte o mais breve possível”

“A dor demonstrada pelo falecimento da esposa é verdadeira. A ligação extraconjugal não o levaria a rejubilar-se com o desaparecimento da mãe de seus filhos...” (BARREIRA, 1979: 66).

“Atravessou triunfante essa louca aventura que foi o I Reinado, gritavam contra ela os jornalistas, os políticos, os militares, o clero e o povo. Ela sorria, D. Pedro preferia-a a tudo! Só mais tarde, ante a exata situação política ...que ele resolveu...afastá-la de si. Outro astro- D. Amélia de Leuchtemberg, despontava no céu Imperial” (LAMEGO, 1940: 147).

“Passou o I Reinado, D. Pedro abdicou, e de todo aquele doido romance ficou, apenas, uma grande saudade e um nome de mulher a mais na história” (LAMEGO, 1940: 147).

Hoje, temos uma visão mais aprofundada de Domitila, sem os estereótipos comuns atribuídos às mulheres – nem santa, nem vítima, nem devassa – mas sim uma mulher que no meio de decisões políticas e administrativas controladas por homens, procurou o melhor para si mesma e sua prole. Podemos considerar Domitila a primeira “lobista” do Brasil. Ela negociava com interlocutores interesses em troca de favores e ganhos não somente financeiros, e num segundo momento, defendia esses interesses junto ao Imperador. O lobby no Brasil data da época do Primeiro Reinado, a partir do episódio em que Domitila recebe e executa pedido de seu ex-sogro para venda aos ingleses de suas lavras de minérios.

Desde o início da relação entre Domitila e D. Pedro, a favorita já demonstrava sua propensão para interferir nas decisões do monarca. Ainda quando estava em São Paulo, antes de se mudar para a Corte, aparece a influência/atuação de Domitila sobre as atitudes do, então, príncipe regente e futuro imperador. Sua primeira aproximação com o soberano já carregava algumas reivindicações, sendo a principal delas o divórcio do marido e a guarda dos filhos, mas, provavelmente, caso o imperador se interessasse, outras pendências da família precisavam ser tratadas. O problema da aposentadoria do pai, a pendência de seu divórcio com o marido que a havia esfaqueado, além do pleito de guarda dos filhos e a deportação do cunhado para Jundiá, por ter participado da Bernarda contra os Andradas, já foram assuntos encaminhados logo nos primeiros encontros. Embora não se tenham vestígios de que Domitila lia autores em voga na época, isso não a impediu de exercer enorme influência/atuação nos assuntos de estado e nem de estar relacionada, invariavelmente, às grandes questões políticas que envolveram o país, fosse ou não verdadeira a sua participação. Chegou a integrar a Maçonaria e, por ocasião da Guerra do Paraguai, além de doações em dinheiro, deixou à disposição das tropas imperiais

brasileiras suas terras e fazendas. Foi a primeira mulher brasileira a fazer doações para uma campanha de guerra.

Quando seu segundo marido, o Brigadeiro Tobias de Aguiar, foi preso na Fortaleza de Lages, por ocasião da Revolução Liberal em São Paulo, escreveu uma carta para D. Pedro II, solicitando para ficar presa com o seu marido pois ele estava doente e precisava de seus cuidados. D. Pedro II permitiria e comentaria: “Agora eu sei porque meu pai amou tanto essa mulher...”.

Uma inegável prova da crescente influência política de Domitila sobre o imperador, foi, quando, em maio de 1826, este reconheceria a filha que tivera com a amante em 1824.

O empenho da marquesa pelo poder não pararia no reconhecimento da filha. Seguir-se-ia a este ato a concessão do título de duquesa de Goiás à menina, utilizando-se da “grandeza” de duque, que no sistema nobiliárquico brasileiro era um título reservado apenas a pessoas pertencentes à família do soberano. Domitila é tratada como uma mulher perspicaz e que soube desfrutar amplamente de sua condição privilegiada, não só em termos econômicos e sociais, mas se envolvendo em disputas políticas, sendo, por vezes, até mesmo procurada por embaixadores estrangeiros para interferir junto ao soberano. Alberto Rangel escreveu:

A Marquesa viera do regime colonial e testemunhara todos os ensaios da Independência e do Constitucionalismo. A variedade dos atos, no espetáculo nacional fremente acabou por empolgá-la. Vemo-la então se envolver francamente, em seguida, à Maioridade, nos pleitos eleitorais de S. Paulo, enfileirando-se na falange dos liberais e regionalistas. Aconteceu que os azares do partidarismo a puseram ao lado das Andradas em 1842; estes e D. Domitila formados em cerra fila à roupeta de Diogo Feijó! Impagável e instrutiva a contradança da “michella” de 1823 com os jacobinos da Constituinte, dos “caramurus” da Regência com o ministro da Justiça de 1831! (1984:299).

A julgar pelo lugar de favorita que ocupou junto ao imperador, em um tempo em que tais excessos já não eram tão comuns, Domitila foi mais influente do que uma simples amante. É possível que sua participação tenha sido muito maior do que os registros fragmentados que chegam aos nossos dias, considerando ainda que, colecionando desafetos, esses contribuíram para que muito da sua história fosse apagada ou infamada – como é comum com as mulheres ao longo da história.

Num contexto de mulheres silenciadas e submissas, limitadas socialmente, ela soube fazer sobressair sua fala, ainda que pela locução dos homens. Nesse sentido, Domitila é pioneira; embora imperiosamente forçada a ter uma posição política, sua atuação é de vanguarda, considerando desde sua atitude de participação em uma loja maçônica até a militância no Partido Liberal.

Amélia de Leuchtemberg, segunda imperatriz do Brasil – segunda esposa de D. Pedro I



Figura 7: Dona Amélia e filha ¹⁴

D. Amélia Augusta Eugênio Napoleão Beauharnais e Leuchtemberg, Duquesa de Bragança. Filha de Eugênio de Beauharnais e da Princesa Augusta Amélia, Duquesa de Leuchtemberg. Nasceu em 31 de julho de 1812, em Milão. Casou-se com D. Pedro I em 2 de agosto de 1829. Teve uma filha- D. Maria Amélia. Morreu em 26 de janeiro de 1871 no Palácio das Janelas Verdes, em Lisboa. Nobreza, formosura, virtude, educação, amor e fidelidade. Bela, ponderada, virtuosa, polida. Leveza vaporosa, elegância, graça e encanto. Sorriso cândido, fresca e provocante, a primavera da vida traduzida em carne. Uma cútis de magnólia, olhar brilhante, cabelos encaracolados. Fina, frágil, gentil, loira como uma boneca. O bom senso, as boas maneiras, a aparência agradável confundiam-se nessa criatura graciosa e virginal. Madrasta zelosa e carinhosa. Valorizou usos e cerimoniais da corte, assumindo, efetivamente, seu papel de Imperatriz. Em seus braços Pedro jamais conquistou-a, jamais possui-a de todo, e era justamente esse traço misterioso do inatingível que tornara cativo o Imperador:

“Meu Marquês...quão satisfeito estou pelo negócio do meu casamento ir desta vez ao fim! [...] O meu coração pertence a minha querida Amélia, e se eu não tiver o prazer de ver essa negociação concretizada, certamente o tumulto será o meu repouso eterno[...]Eu não sossego... E só suspiro pelo dia da minha salvação...” – carta de D. Pedro I ao Marquês de Barbacena (BARREIRA, 1979: 148).

“A futura Imperatriz do Brasil já fez dezessete anos e, por sua beleza, sua graça modesta, força de entendimento e cuidados maternos postos na sua educação,

¹⁴ Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=329406>

é uma das mais completas princesas da Alemanha...” – notícia do “Time” de 25 de julho de 1829 (BARREIRA, 1979: 149).

“D. Amélia estava surpresa pelo ineditismo. Tudo era novidade- a língua, os costumes, a pouca etiqueta...” (BARREIRA, 1979: 181).

“D. Amélia impõe normas de conduta, indumentária e etiqueta... Não se fala mais ao imperador pelos corredores. A audiência previamente marcada passa a ser obrigatória...” (BARREIRA, 1979: 189).

“... Quase abandonados, partiram os ex-monarcas para o exílio...D. Amélia não teve tempo de conhecer e amar a nova pátria. Partiu ressentida. Durou pouco o seu reinado. Foi companheira dedicada, mesmo diante da teimosia do marido. Ofereceu-lhe o calor da solidariedade, quando se fez o vácuo do abandono...” (BARREIRA, 1979: 224).

“A 1º de dezembro nasce a Princesa Maria Amélia... D. Pedro está radiante. Afinal a adorada esposa presenteia-o com uma filha.” (BARREIRA, 1979: 231).

“Em janeiro de 1832 D. Pedro despede-se da família. D. Amélia entrega-lhe a espada que fora de seu avô e de seu pai- Que ela te dê felicidade...”

“A reconquista do trono português duraria dezoito meses... E a jovem de vinte anos, empenhada na causa do marido... armas, navios, cavalos, soldados, dinheiro...é ela, com plenos poderes, quem prevê e provê. Confia e trabalha. Trabalha e espera...” (BARREIRA, 1979: 234-235).

“Em Paris, D. Amélia entremeia os negócios da guerra com cartas para o Brasil: “...Meus queridos bons filhos... sua irmãzinha Amélia vai maravilhosamente. Eu não a posso olhar sem chorar, porque ela me faz lembrar de vocês, meus bons filhos...”

“Querida e muito amada mamãe- o aniversário de V.M.I é certamente uma data muito cara ao nosso coração[...]Que felicidade... boníssima mamãe... se a pudéssemos apertar hoje contra nosso coração...” (BARREIRA, 1979: 236).

“Durante toda a luta de reconquista... D. Amélia foi elemento muito importante naquela luta cruenta. O marido vencera. Está no trono D. Maria da Glória, mas, o Imperador está ferido de morte...” (BARREIRA, 1979: 238).

“D. Pedro está gravemente enfermo... Conversa longamente com a mulher... Faz-lhe recomendações importantes - Querida Amélia, quando meu coração for arrancado do peito, mandai-o, Princesa, à Cidade do Porto.” (BARREIRA, 1979:242).

“... D. Amélia, jovem, bela e prendada, aprisionou por seus últimos quarenta anos de vida, dentro da viuvez de etiqueta, uma outra mais preciosa e verdadeira viuvez- a da alma ...” (ALMEIDA, 1973: 172).

Embora tenha vivido apenas um ano e meio no Brasil, D. Amélia foi uma personagem importante no período que marcou o final do Primeiro Reinado. Desde sua chegada, soube fazer valer duas vontades. Sua tarefa seria árdua. Tramaria com José Bonifácio uma

derrubada e uma troca de Ministério, estando sempre ao lado do marido em todas as decisões importantes.

Com 17 anos, apesar das dificuldades, desenvolveu seus deveres com mestria. Conseguiu instaurar um protocolo na Corte – se empenhou em disciplinar o funcionamento do palácio, impondo horários a serem cumpridos com rigor, introduzindo o refinamento dos serviços e da indumentária, além de impor o francês como língua oficial da corte. Soube cultivar o amor de seus enteados que a chamavam de “querida mamãe”. Consolidou nos trópicos uma maneira de viver característica das cortes europeias.

Em 7 de abril de 1831 D. Pedro I abdicaria e partiria para a Europa. Amélia estava grávida da filha que teria com o Imperador e que morreria de tuberculose em 1853. Na Europa, enquanto D. Pedro, agora Duque de Bragança, lutava contra o irmão D. Miguel, para garantir a coroa portuguesa para sua descendência, D. Amélia permaneceu em Paris, uma vez que era ela quem procurava possíveis generais entre os antigos militares experientes que acompanharam seu pai em diversas campanhas e se correspondia com outras casas reinantes para conseguir o apoio à causa do marido.

**D. Maria da Glória, Rainha de Portugal sob o título de D. Maria II
Filha primogênita de D. Pedro I e D. Leopoldina**



Figura 8: D. Maria da Glória¹⁵

Quando criança, alegre, dócil, bondosa e graciosa. Muito viva e esperta. Puxara do pai e da avó traços de caráter como o autoritarismo e a coragem. Sensitiva e pouco racional. Nutria grande carinho pelo pai, com quem se parecia fisicamente. Criada para ser rainha, tendo para isso os cuidados de D. Leopoldina e Maria Graham. Aprimorou seus estudos em Londres: francês, inglês, geografia, história, aritmética, desenho, dança, piano e

¹⁵ Disponível em: <https://conhecimentocientifico.r7.com/maria-ii-de-portugal/>

trabalhos de agulha. Pouco viveu sua meninice. Passou-a dentro dos navios entre o velho e o novo mundo. Aos 9 anos já era rainha de Portugal.

Mãe e educadora de uma prole numerosa (11 filhos), dedicada, amorosa.

“Em abril de 1819 anuncia-se aos habitantes do Rio de Janeiro o nascimento de D. Maria da Gloria ... recebia esse nome em homenagem à padroeira da Igreja da Gloria.” (OBERACKER, 1973: 184).

“Ela tem uma afeição especial para com o meu esposo, o que constitui a minha maior consolação. Ele a merece, pois é o melhor dos pais...” (OBERACKER, 1973: 186).

“Observara Maria Graham que a educação da princesa fora...negligenciada, ... não lhe foram inculcados valores humanos... nos seus muitos folguedos, ela não somente dava pontapés e batia nos negrinhos, mas esbofeteava sua companheira branca, com energia e com ânimo de uma tiraninha...” (OBERACKER, 1973: 186).

“Todo mundo diz que sou como papai – muito parecida!” – palavras de D. Maria da Glória (PORTO, 2020: 104)

“... D. Pedro foi compelido a abdicar o trono português em benefício de Maria da Gloria, sua filha ainda com sete anos...” (LYRA FILHO, 1961: 13).

“Tinha ... a ideia de casar a filha com o irmão D. Miguel com tal projeto... D. Leopoldina não se conformava por não apreciar muito o gênio do cunhado e não achar conveniente a ligação entre parentes tão próximos...” (BARREIRA, 1979:407).

“Sob o título de Duquesa de Guimarães, a princesa fez-se de viagem para Lisboa...Dois meses depois, ‘a altura da costa espanhola, notícias recebidas a bordo diziam que Maria da Gloria chegara tarde demais. Miguel já envergara o manto real...” (HARDING, 1944: 174).

“A tristeza que sinto de estar separada de meu amado pai, e a mágoa causada pelas desventuras em que a nação portuguesa se encontra serão suavizadas pela benevolente acolhida de Vossa Majestade” – carta de D. Maria da Gloria ao Rei Jorge IV da Inglaterra (SETÚBAL, 1984: 69).

“D. Maria da Gloria está mais crescida, menos gorda e mais bonita e elegante... Brillhou hoje no grandioso baile infantil promovido em sua homenagem por S.A.R Duque de Clarence...O Duque fez a seguinte saudação - Brindo a saúde de sua mais fiel majestade à rainha de Portugal!” – carta de Barbacena a D. Pedro I (SETÚBAL, 1984: 75).

“Naquele ano de 1830 era cada vez maior a atenção que D. Pedro dispensa aos acontecimentos em Portugal. Não aceita a usurpação de D. Miguel. A Rainha é D. Maria da Gloria. Chegara ao extremo de instalar D. Maria da Gloria no palacete que fora da Marquesa de Santos, com toda uma corte improvisada.” (BARREIRA, 1979:195).

“Para lutar contra o usurpador, em janeiro de 1832, D Pedro despede-se de D. Maria da Gloria. Está fardado- Minha senhora, aqui está um general português que vai defender os seus direitos e devolver-lhe a coroa. Maria da Gloria chora, abraçada ao pai...” (BARREIRA, 1979: 234).

“Após vitórias sucessivas... as forças liberais entram em Lisboa, proclamando o Duque de Bragança, Regente de Portugal. Em setembro de 1833 entrava no Tejo o vapor inglês Soho, trazendo a rainha Maria da Gloria.”
“Só tenho 36 anos. Minha filha precisa de mim!” – últimas palavras de D. Pedro I (PINACOTECA, 1980: 22).

Maria da Glória tinha apenas 7 anos quando ascendeu ao posto de rainha de Portugal com o nome de D. Maria II. Brasileira de nascimento, a menina viveu na Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro.

Maria da Glória e o pai tinham uma forte ligação. O imperador, inclusive, foi a Portugal para tomar o trono do irmão Miguel, que se autoproclamou rei, enquanto a princesa brasileira rumava de barco à Europa. Para a nova terra, levou uma informalidade incomum às cortes europeias. Birrenta como o pai, a então princesa do Brasil o desafiava e ameaçava fugir de casa para morar na Europa com os avós por parte de mãe, caso suas vontades não fossem feitas. Dona de hábitos simples, como caminhar a pé por Lisboa e manter contato com outras mães e suas crianças, Maria da Glória teve três casamentos muito felizes, mesmo eles sendo frutos de um acordo. Gerou 11 filhos, sendo que dois destes foram reis de Portugal: Pedro V de Portugal e Luís I de Portugal.

Em terras lusitanas, a monarca é conhecida como “A Educadora”, por estimular a educação e as artes no país.

II.Considerações finais

Apesar da evidente importância da mulher no país, a escrita oficial da história e a da memória coletiva omitiu por muitos anos seu papel na sociedade. No Brasil, a mulher entra definitivamente como assunto a ser analisado pelos historiadores na década de 1980, juntamente com a História da família, quando se viu a necessidade de se estudar a família levando-se em consideração as variáveis de raça, condição social, região.

O desafio que se coloca na atualidade é o de introduzir as mulheres na memória histórica. Não para escrever a “história das mulheres”, mas para identificá-las nos momentos em que estiveram presentes, ouvi-las da mesma forma como os homens são e foram ouvidos, não só na esfera privada, mas também no espaço público, local historicamente reservado ao sexo masculino.

No Brasil do século XIX, com o contexto de industrialização, abolição da escravatura, imigração crescente, Proclamação da República e o desenvolvimento urbano, muitas mudanças socioeconômicas e culturais ocorreram no país, tendo contribuído para aparecimentos ou reorientação de ideologias. Com relação à vida das mulheres ao longo do século XIX, numa sociedade altamente estratificada, os cotidianos delas diferenciavam-se de acordo com a condição social, econômica e cor da pele. Assim, essas diferenças determinavam o papel social que as mulheres exerceriam na sociedade brasileira. A história de nosso país, assim como a de todas as outras nações, é contada por

homens. Portanto, é natural e sabido que muitas mulheres colaboraram com grandes feitos históricos em todo o mundo, mas que, por uma questão cultural e social, a história mundial, e a do Brasil, relegaram às mulheres o papel apenas de parideiras e moeda de troca para garantir ascensão social e política, aquisição de riquezas e terras para muitos dos ilustres senhores desde o início da era “civilizada”.

Procuramos a reflexão e o questionamento, ousamos penetrar na intimidade, nos sentimentos e nos valores que justificam as diferenças de cada uma das protagonistas de nossa História que, como seres humanos, estão sujeitos a vícios e virtudes. Esse processo não pode ser mais contido. A feminização da cultura cada vez mais se consolida, construindo seus pilares sobre uma crítica e uma poética feminista.

O recorte realizado foi baseado em escolhas e essas escolhas, ancoradas nos objetivos que procuramos à época: o crescimento do papel da mulher e o desabrochar da feminilidade. As mulheres deixando de ser obedientes e dependentes de aprovação e se transformando em sujeito de seus atos e vontades, autoras de suas vidas. Uma sociedade onde homens e mulheres compreendam suas vidas a partir de uma visão mais ampla e consigam participar juntos da criação de um futuro sustentável, igualitário e renovado.

Descerrar a cortina do passado, levantar a poeira de mais de 200 anos, fazer justiça às mulheres do passado, foi essa a intenção desse artigo.

“... este país me esquecerá, vocês me esquecerão, me transformarão em estação de trem, estrada de ferro, escola de samba, personagem de teatro, eu sei, mas fui EU que decidi que o Brasil seria independente no dia 2 de setembro de 1822, fui EU que presidi a reunião do conselho, EU escrevi a carta para Pedro...” (DAMIGO, 2020)

Referencias Bibliográficas e obras citadas

ALMEIDA, Sylvia Lacerda Martins de. « *Uma Filha de D. Pedro I - Dona Maria Amélia* ». São Paulo: Ed. Nacional, 1973.

AZEVEDO, Francisca Nogueira de. « A mulher que amamos odiar ». São Paulo: *Revista Pesquisa Fapesp*, ed. 96, fev. 2004.

BARREIRA, Lauro. « *D. Amélia: a Imperatriz Desterrada* ». Rio de Janeiro:Ed. Cia brasileira de artes gráficas, 1979.

DAMIGO, Marcos. « *Leopoldina, independência e morte* ». São Paulo: Ed. Giostri, 2020.

DEL PRIORE, Mary (org.) et BASSANEZI, Carla (coord.). « *História das Mulheres do Brasil* ». São Paulo: Ed. Contexto, 1997.

_____. « *Sobreviventes e Guerreiras: uma história das mulheres no Brasil: 1500-2000.* » São Paulo: Ed. Planeta, 2020.

FERNANDES, Cláudio. « Carlota Joaquina e Dom João VI ». Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/carlota-joaquina-dom-joao-vi.htm>, acesso em 03 de março de 2021.

HARDING, Bertita. « *O Trono do Amazonas – a História dos Bragança do Brasil* ». São Paulo: Ed. Livraria José Olympio, 1944.

- HOLANDA, Sergio Buarque de; CIVITA, Victor (org.). « *Grandes Personagens da Nossa História*, nº 19 ». São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1970.
- IMPRESA NACIONAL. « *D. Pedro I – Proclamação, Cartas e Artigos de Imprensa*. » Biblioteca do Sesquicentenário da Independência, 1973.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO « *D. Pedro I e D. Leopoldina perante a História – Vultos e fatos da independência* ». São Paulo: Gráfica Municipal de São Paulo, 1972.
- LAMEGO, Luiz. « *D. Pedro I – herói e enfermo* » Rio de Janeiro: Ed. Livraria Zelio Valverde, 1940.
- LYRA FILHO, João. « *D. Pedro IV, rei de Portugal* ». Rio de Janeiro: Ed. Real e Benemerita Sociedade Portuguesa, 1961.
- MARTINS, Oliveira. « *História de Portugal* ». Lisboa: Ed. Guimarães, 1987.
- MENDES, Fernando. « *A Dinastia de Bragança*, vol. 5 ». Lisboa: Ed. João Romano Torres e Cia, 1910.
- OBERACKER, Jr., Carlos H. « *A Imperatriz Leopoldina, sua vida e sua época – ensaio de uma Biografia* ». Ed. Conselho Federal de Cultura, 1973.
- PERROT, Michele. « *História da vida privada – Da revolução francesa a Primeira Guerra*, vol. 4 ». São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1991.
- PINACOTECA DO ESTADO, Catálogo Exposição Comemorativa dos 150 anos do casamento de D. Pedro I e D. Amélia « *Pedro e Amélia – Amor e Fidelidade, 17 de outubro de 1829* ». São Paulo: Edição Fundação Padre Anchieta, 1980.
- PORTO, Denise G.. « *Maria Graham, uma inglesa na Independência do Brasil* ». Curitiba: Ed. CRV, 2020.
- RANGEL, Alberto. « *Cartas de D. Pedro I a Marquesa de Santos* ». Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1984.
- RANGEL, Alberto. « *D. Pedro I e a Marquesa de Santos* ». Ed. Typografia de Arrault e Cia, 1928.
- SANTOS, José Felício dos. « *Carlota Joaquina – A rainha devassa* ». Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2008.
- SAXE-COBURGO E BRAGANÇA, Carlos Tasso de. Nacional. « *O Ramo Brasileiro da Casa de Bragança* ». Rio de Janeiro: Anais do Museu Histórico, vol. 18. Ministério da Educação e Cultura, 1968.
- SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. « *Profissão Artista: Pintoras e Escultoras Acadêmicas Brasileiras* ». São Paulo: Ed. EDUSP, 2008.
- SOUZA, Octavio Tarquínio de. « *A Vida de Pedro I*, Tomo 3 ». Rio de Janeiro: Ed. Livraria José Olympio, 1972.